Governo teme perder o poder com a Constituinte

CORREIO BRAZILIENSE * 1 FEV 1981

Assembléia

Haroldo Hollanda

A tese da convocação do próximo Congresso, a ser eleito em 82 com poderes constituintes, lançada e defendida com ênfase nos últimos dias pelo exMinistro Afonso Arinos de Mello Franco, não encontra guarida em círculos políticos diretamente ligados ao Planalto. Não que o Governo seja contra a elaboração de uma nova Carta Constitucional. Pelo contrário, há um incômodo mal disfarçado com o texto constitucional em vigor, em cujo preâmbulo se declara taxativamente que os ministros da Marinha, Guerra e Aeronáutica, usando das atribuições que lhes confere"... e vai por aí afora. Já que o país caminha para a sua normalidade democrática, há empenho em que se elabore um novo texto constitucional.

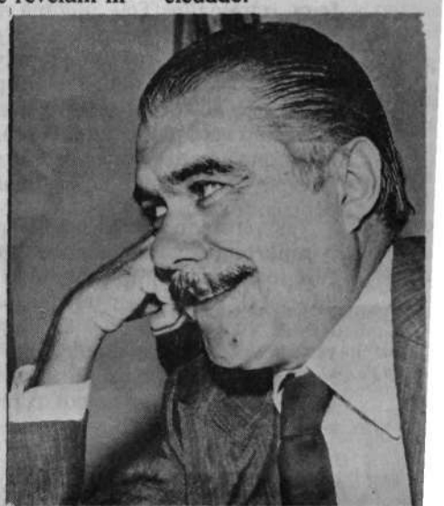
Se prevalecer o pensamento hoje dominante dentro do Governo há o propósito de fazer com que o país retorne à Carta Constitucional de 1967, votada e promulgada ao final do Governo Castello Branco. Mas por que o Governo é contra a transformação do próximo Congresso em poder constituinte? O receio de parte das autoridades governamentais nasce da premissa de que com uma Constituinte o poder lhe escape por entre os dedos. Acredita-se em círculos chegados ao Planalto que o novo Congresso, dotado de poderes constituintes, acabaria tomando como uma de suas primeiras providências a extinção dos mandatos dos senadores indiretos. Não só a atual maioria governamental no Senado como as projeções políticas que se fazem a partir das eleições de 82 e 84, fundamentam-se na presença dos senadores indiretos até 1986, quando seus mandatos se encerrarão. O famoso Pacote de Abril, quando foi elaborado, levava em conta as eleições de 82 e a sucessão presidencial de 84, com os senadores indiretos desempenhando em todos esses acontecimentos importância fundamental.

Faz-se indispensável também fazer algumas constatações presentes, de grande significado nas análises procedidas pelos estrategistas políticos governamentais. A maioria do Governo na Câmara no presente momento é bastante precária: 213 deputados, quando o quorum mínimo exigido para a aprovação de qualquer matéria é de 211 parlamentares. É com o Senado que o Governo conta como Casa revisora para poder enfrentar e derrotar as propostas da Oposição, com as quais não concorda. Suprimindo-se os biônicos, o Governo se veria privado no Congresso de sua principal base política. Mesmo assim no Senado a maioria do Governo não é muito folgada: embora dispondo de uma bancada de 36 senadores, ela fica reduzida a 35 parlamentares, pois há sempre um dos integrantes do PDS na presidência da Casa, sem condições, portanto, de votar. Constituída de 67 senadores, a maioria do Senado, para efeito de votações, é de 34. O PDS tem efetivamente na sua bancada 35 senadores. Mesmo assim, o Senado é a barreira final com que dispõe o Palácio do Planalto para conter o ímpeto das transformações políticas pretendidas e desejadas pelas Oposições.

Daí a razão por que o Planalto recusa toda e qualquer proposta de Constituinte, mesmo a que acaba de ser sugerida pelo ex-Ministro Afonso Arinos. O Senador Luiz Viana Filho, muito identificado com o pensamento do Planalto, costuma dizer que uma Constituinte, do ponto de vista dos interesses expressos do Governo, seria no seu entender algo assim "como um trenó que desce ladeira abaixo sem nenhum controle..." E logo esclarecendo melhor o seu pensamento: "E quem se encontra no poder não está disposto a entregar o ouro ao bandido"... O Senador José Sarney, presidente do PDS, com espírito realista, propõe uma reforma constitucional por consenso entre os diversos partidos com assento no Congresso. Mas tal não parece pouco provável. O Governo não demonstrou até agora disposição de ceder ou negociar no essencial, do mesmo modo que há círculos das Oposições que se revelam intransigentes na defesa de suas posições. Sem transigência de parte a parte seria muito difícil obter uma reforma por consenso, como tenciona Sarney.

De qualquer modo o problema da reforma constitucional não será levado ao debate de forma concreta, antes de 82, e as transformações pretendidas somente ocorrerão quando tiver sido eleito e empossado o novo Congresso. Sarney tem um procedimento realista quando sugere que a reforma constitucional nasça por força de um consenso. Na medida em que isso não aconteça, qualquer Constituição que venha no futuro surgir terá vida curta. Apesar dos defeitos de origem que a marcaram, nascida com o propósito de tolher a autoridade do Presidente da República, a Carta de 46 ainda conseguiu vigir por quase dezoito anos. A Constituição de 24 de janeiro de 1967, inspirada pelo governo Castello Branco, não chegou a sobreviver ao seu segundo aniversário de existência, pois foi atropelada no curso natural da sua trajetória pela Emenda nº 1, ditada pela Junta Militar. Uma Constituição, para sobreviver a todos os entreveros, do tempo e dos homens nos seus conflitos, necessita espelhar com fidelidade, sem radicalismos de qualquer origem ou feição, os sentimentos e as aspirações de todos os setores da sociedade.

Para Luiz Viana Filho, Constituinte é como um trenó que desce a ladeira sem controle



Sarney admite uma reforma constitucional por consenso entre os vários partidos